

NEGRITUDE E LEITURA: TRILHANDO A (RE) CONSTRUÇÃO DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR

Lúcia de Fátima Araújo dos Santos¹

1 INTRODUÇÃO

Nessa comunicação, iremos apresentar um projeto, em sua fase exploratória, a ser aplicado no PROFLETRAS/CAWSL, Assu, RN, cujo objetivo é proporcionar momentos de reflexão, discussão, construção e desconstrução das práticas discursivas no ambiente escolar, em relação à discriminação racial vivenciada por discentes e docentes em suas atuações diárias. Tal necessidade brota a partir da nossa preocupação com as práticas de discursos raciais discriminatórias, resultantes de uma educação eurocêntrica perpetuada em nossas instituições de ensino e herdada por nós, que muitas vezes são concretizadas de modo velado nas instituições escolares, quer sejam públicas, quer sejam privadas, discursos estes, permeados de preconceito e racismo que silenciam, anulam, violentam e fazem com que crianças e adolescentes negros passem a negar suas origens adotando a estratégia do branqueamento racial na qual a estética, beleza e segmento cultural remete ao padrão europeu, no sentido de ser aceito pelos demais e/ou amenizar sentimentos de “inferioridade” em relação ao outro.

Os discursos racistas violam direitos conquistados com muita luta e assegurados por leis decretadas na Constituição Federal: a Lei nº 7716 que define a prática de discriminação racial como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão como estabelece o Art. 5º, parágrafo XLII e a Lei nº 10.639/03 que alterou a Lei 9394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares, bem como a inclusão no calendário escolar do “Dia Nacional da Consciência Negra” comemorado no dia 20 de novembro.

Estudos de (CAVALLEIRO, 2005) dentre outros comprovam que práticas de racismo, especialmente no ambiente, escolar deixam profundas feridas no indivíduo negro, cujas cicatrizes não são mais resultantes do chicote que descia da mão do feitor e/ou senhor de escravos, mas de outro “chicote” com igual ou maior poder de aniquilamento, é o açoite cotidiano da exclusão impregnada de ódio, através de discursos preconceituosos e racistas. E as mazelas oriundas da discriminação racial nas escolas brasileiras públicas e privadas são muitas e múltiplas, fazendo com que o povo negro construa uma imagem negativa sobre si mesmo, desenvolvendo uma série de problemas cognitivos, emocionais, culturais e sociais.

Na introdução da coleção Educação antirracista, Cavalleiro (2005, p.12) lista, além da rejeição, as seguintes implicações para as vítimas de práticas raciais discriminatórias:

Desenvolvimento de baixa autoestima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusarem ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar. (2005, p. 12).

¹ Mestranda em Práticas discursivas, letramento e ensino pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN/CAWSL/PROFLETRAS), especialista em Ensino de língua inglesa e graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

O discurso idealista que reina em nosso país é o de que somos uma nação sem preconceito de cor, vivemos uma “democracia racial”, onde todos têm os mesmos direitos amparados pela constituição. Esse falar fica no mundo das ideias quanto a sua aplicabilidade em relação aos brasileiros afrodescendentes porque prevalece o discurso estigmatizado, internalizado há muito tempo por nossa sociedade, de que a raça negra é inferior a raça branca e, portanto, deve ser subjugada, explorada e descartada. Mas, podemos e devemos desconstruir tais discursos através da educação, que é uma poderosa ferramenta mantenedora ou modificadora de discursos, com os poderes e saberes que as instituições de ensino trazem consigo, conforme afirma Foucault (2012, p.41) em sua aula inaugural no Collège de France:

A educação, embora seja de direito, o instrumento graças ao qual todo indivíduo, em uma sociedade como a nossa, pode ter acesso a qualquer tipo de discurso, é bem sabido que segue, em sua distribuição, no que permite e no que impede as linhas que estão marcadas pela distância, pelas oposições e lutas sociais. Todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.

Aliado ao discurso racista e às ações discriminatórias, o indivíduo negro ainda tem que lidar com um quadro desfavorável para seu amplo e satisfatório desenvolvimento no dia a dia escolar que é a não qualificação dos docentes em práticas educativas antirracistas e o despreparo de todos que fazem a escola para lidar com as situações constrangedoras, vexatórias e humilhantes a que são expostos os estudantes negros, porque não possuem conhecimentos e estratégias para combater práticas racistas e desconstruir estereótipos. Como bem descreve Munanga (2005, p. 15) os docentes, na maioria dos casos, também silenciam e:

Praticam a política de avestruz ou sentem pena dos “coitadinhos”, em vez de uma atitude responsável que consistiria, por um lado, em mostrar que a diversidade não constitui um fator de superioridade e inferioridade entre os grupos humanos, mas sim, ao contrário, um fator de complementaridade e de enriquecimento da humanidade em geral; e por outro lado, em ajudar o aluno discriminado para que ele possa assumir com orgulho e dignidade os atributos de sua diferença, sobretudo quando esta foi negativamente introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.

Os docentes, conscientes ou inconscientemente, tornam-se cúmplices ao assumirem a postura acima descrita, perante colocações discursivas do tipo: “Ela é pretinha, mas é legal.”, “Vem cá picolé de coco queimado.”, “Capoeira é coisa de negro, de gente vagabunda.”, como também diante de situações que o próprio indivíduo negro renega suas origens ao fazer uso do discurso de não pertencimento étnico-racial proferindo frase do tipo: “Não sou negro (a), sou moreninho (a), é diferente.” É recorrente, também, não saberem que atitude tomar diante da recusa de um aluno de cor branca em formar dupla com o colega de cor negra. Então, alguns desses profissionais recorrem a punições e castigos, métodos ultrapassados e criminosos, que fatalmente irão alimentar ainda mais o ódio do agressor, pois sabemos que o método eficaz é a educação pautada no diálogo, informação, respeito e valorização do outro.

O mais agravante é que muitos desses docentes são negros, passaram pelas mesmas humilhações na escola e carregam ainda hoje as marcas dessa perversa postura secular como relata Ramos-Lopes (2005) em entrevistas colhidas para fundamentar suas pesquisas. São profissionais da área da educação que vivenciaram e vivenciam os mesmos insultos, que têm que enfrentar diariamente discursos racistas e lutar contra a

rejeição, os estereótipos no ambiente escolar e em outros espaços sociais. Precisam auxiliar seus alunos negros durante toda a construção de socialização extrafamiliar, no sentido de não permitir que os mesmos deixem se inferiorizar ou negar seu pertencimento e, ao mesmo tempo, desenvolver ações e práticas que resultem em relações multirraciais fraternas, solidárias, respeitadas e humanas.

Há anos, várias organizações sociais afro-brasileiras veem lutando por ações afirmativas que garantam a acessibilidade, permanência e sucesso de crianças e jovens afrodescendentes nas escolas públicas, que comecem uma mudança de postura no ambiente escolar, que revisem currículos, materiais didáticos, que capacite os profissionais da educação e que reconheçam e valorizem a história e cultura do povo negro. Uma vitória significativa veio com a Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e Cultura Afro-Brasileiras e africanas nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, em escolas públicas e particulares, bem como a inclusão no calendário escolar do “Dia Nacional da Consciência Negra” comemorado no dia 20 de novembro.

Pesquisas apontam que está muito distante a total implementação da lei no território nacional, pois políticas de cunho acadêmico não foram estabelecidas na supracitada lei. Entretanto, mesmo diante de situações adversas não podemos ser omissos, o país possui uma dívida secular de valor incalculável junto aos afrodescendentes. Entendemos que é necessário e urgente romper as amarras da educação eurocêntrica que herdamos e que ainda hoje impera em nossas escolas depreciando e desvalorizando o imenso e valioso legado histórico e cultural do povo negro.

Precisamos priorizar planos e estratégias que possam propiciar a disseminação de uma educação antirracista, bem como o conhecimento da história e legado sociocultural da etnia negra na formação do povo brasileiro. Em face à realidade exposta acima lançamos os seguintes questionamentos: Como a imersão no universo literário de contos africanos e afro-brasileiros pode servir de ferramenta ao combate das práticas discursivas de discriminação e preconceito no ambiente escolar? Que caminhos trilhar para desconstruir conceitos que inferiorizam a raça negra e reconstruir discursos resultantes de uma educação “seletiva” com nuances de práticas de segregação racial? Ao trabalhar literatura infanto-juvenil, africana e afro-brasileira, quais estratégias utilizar para despertar o hábito e o prazer da leitura nos adolescentes?

Serão estes questionamentos, e outros que forem surgindo durante nossa caminhada de pesquisa-ação, que propomos trabalhar para obter resultados que possam contribuir de maneira significativa e positiva na auto aceitação do aluno como indivíduo negro e na construção de relações igualitárias. Portanto, nossos objetivos caminham para (1) desconstruir práticas discursivas racistas e estereótipos atribuídos ao negro através do reconhecimento e valorização do seu legado histórico, social e cultural para o Brasil; (2) facilitar oficinas de leitura utilizando contos de autores africanos e afro-brasileiros; (3) mediar debates sobre questões étnico-raciais; (4) produzir materiais de suporte pedagógico promovedores de combate ao preconceito étnico-racial e que propaguem o convívio respeitoso multirracial; (5) despertar o prazer pela leitura.

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA: TECENDO PRÁTICAS EDUCATIVAS ANTIRRACISTAS

Nossa proposta de trabalho será desenvolvida por meio de uma pesquisa-ação com abordagem qualitativa, de caráter intervencionista na qual procuraremos, coletivamente, intermediar a construção de práticas antirracistas, com adolescentes de

faixa etária entre 12 e 14 anos. Nesse modelo de investigação, teremos a oportunidade de atuar positivamente e aplicar ações educativas transformadoras. Xavier (2010) define pesquisa-ação da seguinte maneira:

É aquela em que o pesquisador faz intervenções diretas na realidade social que se apresenta com algum problema. Ele interage de forma intensa com os sujeitos pesquisados e com a realidade que o cerca. Além de constatar o problema e suas causas, ele procura agir para solucioná-los de modo prático e conscientizar os sujeitos envolvidos sobre a melhor forma de evitar a ocorrência de tais problemas. (2010, p. 47).

E por ter este caráter transformador, dar-se-á com um alto grau de proximidade entre o professor-pesquisador e os demais envolvidos na pesquisa, visto que nos propomos a traçar estratégias efetivas almejando a resolução de um problema que diz respeito a toda comunidade escolar.

Pretendemos trabalhar oficinas de leitura e escrita a partir de contos infanto-juvenis, de autores africanos e afro-brasileiros, com alunos da 8ª série do Ensino Fundamental II, na Escola de Ensino Fundamental e Médio Dr. César Cals, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, destacando, mais uma vez, a relevância de efetivarmos a Lei 10.639/03 que decreta a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares. Ressaltamos também que o gênero textual escolhido resulta de pesquisa junto aos docentes sobre suas preferências de leitura dentro do universo próprio da faixa etária de alunos da referida série. Para desenvolver tais ações iremos trilhar os seguintes passos: leituras e debates; exibição de um filme com a temática étnico-racial; apresentação e debate da Lei 10.639/03; pesquisa sobre autores africano-afrodescendentes e seleção de contos; rodas de leituras; apresentações culturais e discussões; produções escritas.

3 CAMINHAR TEÓRICO

3.1 A EDUCAÇÃO ETNOCÊNTRICA

A história da educação no Brasil sempre foi fundamentada em tendências eurocêntricas que contribuíram para a solidificação do preconceito, discriminações raciais, exclusões sociais e construção de barreiras que impediram e ainda impedem muitos brasileiros, de etnia negra, de gozarem direitos plenos de cidadania. Tais tendências são perceptíveis além das relações interpessoais, podendo ser facilmente detectadas nos currículos acadêmicos e em materiais didáticos- pedagógicos que sempre utilizam a figura do negro como um ser inferior as demais raças, tentando se não excluí-lo, ao menos transformá-lo. Conforme define Gomes (2005, p. 53):

O etnocêntrico acredita que os seus valores e a sua cultura são os melhores, os mais corretos e isso lhe é suficiente. Ele não alimenta necessariamente o desejo de aniquilar e destruir o outro, mas, sim, de evitá-lo ou até mesmo de transformá-lo ou convertê-lo, pois carrega em si a ideia de recusa da diferença e cultiva um sentimento de desconfiança em relação ao outro, visto como diferente, estranho ou até mesmo como um inimigo potencial.

Por conta da adoção etnocêntrica europeia de ensino no seio das instituições escolares, muitos alunos negros, principalmente do sexo feminino, se recusam a assumir a identidade negra e tentam construir um padrão estético que os distanciem da verdadeira cor, para serem aceitos e reconhecidos no meio em que estão inseridos. Portanto, é um sistema de educação cruel e perigoso porque carrega um arsenal

devastador de opressão, de castração histórica e cultural de um povo. Não devemos esquecer que por trás desse modelo secular de educação em nosso país, a ideologia do branqueamento da nação foi amplamente apoiada pela classe elitista brasileira, entre os anos de 1870 a 1930, que almejavam a extinção da raça negra.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) ressaltam que durante um longo período e até os dias atuais, as instituições escolares brasileiras cooperaram com a disseminação de preconceitos e racismos privilegiando a cultura europeia, apresentando-a como superior às demais e tornando-a única e aceitável. Como ressalta Ramos-Lopes (2005, p. 126) as práticas de discriminação racial:

[...] se estendem ao universo escolar, espaço no qual ainda se propaga uma versão alienada do escravismo. Esse é discutido em muitas práticas docentes como um fato natural, sem apresentar nenhum indício de condenação ética e moral.

Então, uma criança que cresce inserida em um cenário que privilegia uma raça em detrimento de outra, cresce negando seu pertencimento etno-racial, suas origens e construindo uma imagem distorcida de si e do outro. É o legado “natural” resultante das práticas de ensino que coloca em patamar de destaque o padrão europeu de beleza que há anos estão sendo questionadas, enfrentadas e combatidas por várias entidades sociais da raça negra que lutam para que o Brasil elabore políticas de ações positivas em favor de mais da metade do povo brasileiro, que de acordo com o último senso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, se declarou pertencente à raça negra.

Após longas batalhas, os movimentos sociais negros conquistaram uma grande vitória através da Lei nº 10.639/03 que vem sinalizar o início da extinção da prática de “embranquecimento” da cultura e história do povo negro nas instituições de ensino brasileiro. Sabemos que o processo será em longo prazo por vários motivos, inclusive por alguns pontos que não ficaram bem esclarecidos dentro da própria lei. Também reconhecemos que é difícil extirpar de um povo uma ideologia enraizada há mais de 500 anos, e reeducar uma sociedade formada no pensamento etnocêntrico europeu. As diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs (2013) –, documento mais recente do Ministério da Educação, chama a atenção para o fato de que “... é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define.” (DCNS, p. 501)

Portanto, o professor-educador deverá ser capaz de auxiliar na formação da nova geração afrodescendente, um verdadeiro sentimento de orgulho ao seu pertencimento étnico-racial.

3.2 A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Há tempos que o cenário do ensino brasileiro aponta para uma implantação educacional inclusiva e reparadora para os descendentes de africanos e afro-brasileiros negros, uma educação de reconhecimento ao valor do seu legado cultural e histórico, pressionado pelas reivindicações de luta dos movimentos sociais negros que sempre ansiaram por políticas públicas que, de alguma forma, compensariam os séculos de exclusão social, preconceito, racismo e desigualdades em nosso país. Cavalleiro (2005, p. 67) ratifica que:

Mesmo considerando as mudanças sociais ocorridas no decorrer do século XX, a situação da população negra brasileira permanece pouco alterada, sendo reproduzido um quadro de condição social aviltante e degradada em função do racismo contra esse grupo humano.

Nesta perspectiva, muitos estudos e debates com representantes de vários segmentos de nossa sociedade foram efetuados e o resultado foi a elaboração de valiosos documentos que dão um novo olhar para o sistema de ensino no país. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) com a temática da Pluralidade Cultural e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação básica, no relatório dedicado à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2013) que hoje norteiam os profissionais da educação, no sentido de iniciarem a desconstrução de uma educação etnocêntrica, racista, preconceituosa e discriminatória e iniciarem uma educação antirracista de reconhecimento e valorização do povo negro, sem espaço para culpados ou vítimas dentro desse novo fazer pedagógico.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (1997) – tratam essas questões no eixo dos temas transversais, com o documento de Pluralidade Cultural justificando que sempre foi difícil lidar com a temática da discriminação racial e do preconceito, pois historicamente o país esteve de olhos vendados e ao mesmo tempo propagando uma imagem mítica de nação sem diferenças étnicas e culturais, uma verdadeira democracia racial. Nesse sentido, a temática da Pluralidade Cultural

diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (1997, p.19).

As preocupações abordadas anteriormente também estão presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e cabe aqui a redundância quanto ao significado dessa conquista, quando o documento relata que:

O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas e de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. (2013, p.498).

O documento, ainda, versa sobre políticas de reparações, de reconhecimento, de valorização do povo negro e da relevância da reeducação no que concerne às relações entre brancos e negros, salientando que para acontecer, de fato, a reeducação étnico-racial em nosso país, precisamos desenterrar nossos temores, tirar a roupagem do medo e refletir sobre o tipo de sociedade que ansiamos para futuras gerações. Aproveitamos as reflexões de Gomes (2005, p. 49) para embasar melhor nossa linha de reflexão. Segundo a autora:

Quando não refletimos seriamente sobre essa situação e, quando a sociedade não constrói formas, ações e políticas na tentativa de criar oportunidades iguais para negros e brancos, entre outros grupos raciais, nos mais diversos setores, estamos contribuindo para a reprodução do racismo. É preciso ensinar para os (as) nossos (as) filhos (as), nossos alunos (as) e para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder foram, aos poucos, recebendo uma interpretação social e política que as enxerga como inferioridade. A consequência disso é a hierarquização e a naturalização das diferenças, bem como a transformação destas em desigualdades supostamente naturais. Dessa forma, se queremos lutar contra o racismo, precisamos reeducar a nós mesmos, às nossas famílias, às escolas, às (aos) profissionais da educação, e à sociedade como um todo. Para isso,

precisamos estudar, realizar pesquisas e compreender mais sobre a história da África e da cultura afro-brasileira e aprender a nos orgulhar da marcante, significativa e respeitável ancestralidade africana no Brasil, compreendendo como esta se faz presente na vida e na história de negros, índios, brancos e amarelos brasileiros.

Desse modo, para que as instituições escolares e demais estabelecimentos de ensino possam efetivar suas ações, deverão se apoiar em referenciais teóricos de linhas filosóficas e pedagógicas, ancorados nos princípios de consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e direitos; ações educativas de combate ao racismo e as discriminações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa discussão onde propomos trabalhar a temática da diversidade étnico-racial através de leitura de contos africanos e afro-brasileiros, compreendemos a relevância desse tipo de ação afirmativa no ambiente escolar posto que proporcionará momentos valiosos de discussão, pensamento crítico e construção de práticas pedagógicas exitosas no sentido de construir discursos antirracistas.

É relevante, também, concluir nosso pensamento reforçando a ideia positiva sobre o poder do discurso baseado nos estudos de Foucault (2012, p.9) quando ele afirma que;

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.

A escola com seu inerente poder transformador assume uma importante e fundamental responsabilidade na transformação dos sujeitos envolvidos em todo o processo de construção e (re) construção de práticas discursivas, saberes e identidade. Para tanto, deve se apropriar de leituras diversificadas, principalmente de um amplo contato com textos que remetam as raízes da formação do nosso povo, como meio de ajudar a transformar o pensamento da sociedade brasileira, ainda carregado de ideias preconceituosas em relação à raça negra. A escola deve oportunizar aos alunos contato com produções textuais, de autores contemporâneos da literatura africana e afro-brasileira, ainda pouco exploradas nas práticas pedagógicas de leitura, que na maioria das vezes são abordados superficialmente durante a semana em que comemoramos o Dia Nacional da Consciência Negra, construindo uma caminhada de contribuição para desenvolver o hábito da leitura e, através de reflexões, compreensão e interpretação de textos, assimilar no ambiente escolar a conscientização de um discurso de reconhecimento, pertencimento e valorização da raça negra.

REFERÊNCIAS

BRASIL / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Diretrizes **Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília, MEC, 2013.

BRASIL / Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo.** In: **Educação antirracista caminhos abertos pela Lei Federal nº 10. 639/03.** Brasília Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo.** In: **Educação antirracista caminhos abertos pela Lei Federal nº 10. 639/03.** Brasília Ministério da Educação – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo.** São Paulo: Ática, 1993.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola.** Brasília Ministério da Educação - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

RAMOS-LOPES, Francisca Maria de Souza. **A constituição discursiva de identidades étnico-raciais de docentes negros/as:** silenciamentos, batalhas travadas e histórias (re) significadas. 321f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

XAVIER, Antonio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos.** Recife: Editora Rêspel, 2010.